

AGRONEGÓCIO, POLÍTICAS PÚBLICAS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DO SUDOESTE GOIANO

Área Temática: Ordenamiento territorial, políticas públicas y desarrollo sostenible

Roberto Eduardo Castillo Pizarro – Universidade de Brasília (Unb / Brasil)¹
roberto.pizarro@uol.com.br

Fernando Luiz Araújo Sobrinho – Universidade de Brasília (UnB / Brasil)²
flasobrinho@gmail.com

Resumo

O sistema agroindustrial integrado de produção de aves e suíno consiste na parceria entre a agroindústria e produtores rurais. O sistema integrado de produção de aves e suíno foi originalmente implantado na Região Sul do Brasil, com destaque no oeste do estado de Santa Catarina, nos meados da década de 1960. Em 1996 no município de Rio Verde é instalada a unidade industrial da atual BRF – segunda maior agroindústria de aves e suínos brasileira. Tal processo remodelou o cenário da produção agropecuária da região Sudoeste Goiano. Ao contrário das micro e pequenas propriedades rurais da Região Sul, o sistema implantado na região é composto por grandes e médias propriedades rurais que apresentam elevados índices de produção agropecuários (soja, milho, gado bovino de corte e leite). As granjas do Sul tem capacidade de até 15 mil aves e de 500 a 2 mil suínos, já no Sudoeste Goiano estas produzem entre 80 a 130 mil aves e 3 a 4 mil suínos. A introdução do sistema produtivo integrado só foi possível em virtude das políticas públicas e linhas de financiamentos federais de incentivo da implantação de novos empreendimentos agroindustriais na Região Centro-Oeste, como também linhas de fomento por parte dos governos municipais e estadual. Os fatores estratégicos empresariais como oferta elevada de matéria primas, ausência de sindicatos de trabalhadores dos segmentos agroindustriais e agrícola, maior produção de animais em número menor de granjas e a localização do município de Rio Verde em um nó rodoviário que dá passagem para as Regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste do país são imprescindíveis para aumentar a produção, a produtividade e assim, competir com preços menores no mercado internacional com destaque para a União Europeia e Ásia. Os objetivos deste trabalho são: compreender e explicar como as atividades de produção integrada de aves e suínos transforma o espaço agrário da Região Sudoeste Goiano, analisar como as políticas públicas e as linhas de financiamento com recursos federais e estaduais fomentaram a instalação dessa atividade e, ainda, identificar os principais impactos dessas atividades nas cidades de Rio Verde, Jataí e Mineiros com ênfase no crescimento populacional e no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). A metodologia empregada no trabalho é realizada com o levantamento de dados de órgãos oficiais como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IMB (Instituto Mauro Borges), Banco do Brasil, SEPLAN-GO (Secretaria Estadual de Planejamento do estado de Goiás) e Banco Central do Brasil.

Palavra chaves: Sudoeste Goiano, Agronegócio, Espaço Geográfico e Políticas Públicas

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Unb / Brasil) e professor do Instituto Federal de Ensino, Ciência e Educação Goiano campus de Rio Verde.

² Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UnB / Brasil).

cidade do Sudoeste Goiano e 6. Rio Verde: Índices sociais da maior cidade do Sudoeste Goiano e 7. Referências Bibliográficas.

2. Justificativa

As inovações tecnológicas da Revolução Verde da década de 1950 foram implantadas no território brasileiro por meio da *modernização da agricultura*³ nas décadas de 1960-80. Esta *modernização* foi articulada pelos países desenvolvidos economicamente⁴ por meio da produção e desenvolvimento de tecnologia para aumentar a produção e a produtividade do setor agropecuário.

Nas década de 1960-80 com o intuito de produzir e garantir matérias primas com baixos custos e de baixo valor agregado e constituir o consumo de produtos industrializados destinados tanto para atividades agropecuárias como o mercado consumidor final, o Estado por meio das políticas públicas impõem a modernização da agricultura na região do Sudoeste Goiano.

O agronegócio é a forma do capitalismo neoliberal de reduzir custos de produção por meio da flexibilização do uso do território e da mão de obra nas atividades agroindustriais e, ainda, aproveita-se dos incentivos fiscais e financiamentos do Estado para as grandes empresas do setor.

Para contrapor as cifras elevadas de financiamento e renúncias fiscais do Estado para atrair e desenvolver o agronegócio, usaremos o IDH(Índice de Desenvolvimento Humano) para evidenciar um panorama parcial da qualidade de vida das pessoas do Sudoeste Goiano e Rio Verde, seu principal município.

3. Neoliberalismo, Estado, Território, Espaço e Políticas Públicas

A definição de neoliberalismo e suas formas de manifestação no espaço são importantes para entendimento e compreensão da maneira como os espaços e os territórios estão sendo subjugados aos interesses das grandes empresas, das elites de poder locais, nacionais e internacionais e dos próprios indivíduos que ocupam momentaneamente os cargos nos órgãos do Estado Nacional.

As ideias e os atos sobre neoliberalismo e o seu processo de formulação, implantação, propagação e consolidação são neste texto são baseadas em Harvey (2011, 2012) o qual nos traz a luz como esse neoliberalismo é promulgado como a vitória da liberdade de individual e da dignidade.

Sobre a crise do fordismo vamos utilizar a obra de Benko (1996) que nos permite compreender as transformações do espaço, da sociedade e da natureza são transformados pela produção flexível ou também denominado de toyotismo.

Mas como tudo isso se relaciona com o processo de consolidação do agronegócio na Região do Sudoeste Goiano e a perda de qualidade de vida das populações em pleno século XXI?

A década de 1970 marcada pelas crises do petróleo, do estado de bem estar social e do modelo de produção fordista nos países mais ricos que obrigam seus Estados Nacionais a

³ A modernização da agricultura impôs novas técnicas e tecnologias que modificaram as relações internas da sociedade e desta com a natureza. Surgiram inéditas relações entre o capital e o trabalho, mercadorias produzidas, tanto no campo como nas plantas industriais.

⁴ Destacamos a palavra economicamente para não atribuímos uma sincronia entre o subdesenvolvimento econômico, um padrão capitalista, por “subdesenvolvimento” sociocultural, se é que exista tal definição.

recuperarem o poder das elites por meio de políticas para retomarem o aumento da concentração da riqueza a qual não ocorrerá nos ritmos esperados desde a II Guerra Mundial. A perda do poder da elites era resultado das políticas dos países mais articulados economicamente em garantir, por meio de impostos e leis trabalhistas, o estado de bem estar social via o razoável pleno emprego, garantia de direitos trabalhistas, estabelecimento de padrões de salários e investimentos em setores importantes como saúde, educação entre outros.

Essas ações além de prejudicarem as taxas de lucro das empresas e o acúmulo de riqueza das elites, promoveram colapsos financeiros nas contas públicas. Assim, muitos governos foram obrigados a pedir empréstimos junto aos bancos, principalmente dos EUA, para salvar as dívidas do Estado.

Portanto, segundo Harvey, foi o momento que as elites e as corporações encontraram para impor e exigir as implantações de medidas neoliberais como as reduções nos investimentos em saúde, educação e, ainda, na necessidade de flexibilizar as leis trabalhista para “permitir” gerar mais empregos ou mesmo para evitar o fechamento de unidades produtivas.

O melhor exemplo sobre a implantação de políticas neoliberais foi o caso da cidade de Nova York na década de 1970, segundo Harvey, passou a ser a “Nova York Delirante” ao invés da “Nova York Democrática”. A cidade foi obrigada a aumentar impostos, reduzir investimentos em infra estrutura, na saúde pública e educação para sanar seus compromissos financeiros com os bancos. A população nova yorkina teve o espaço da cidade degradado devido ao empobrecimento da população, bairros foram totalmente abandonados e recriados por atividades ilícitas. Novas formas de exploração do espaço foram observadas como a perda de imóveis das populações para os agentes financeiros e imobiliários, a transformação da cidade em produto turístico com o viés nas grandes produções de espetáculos e a chegada de pessoas com novas sexualidades e costumes.

E aí, novamente, o leitor pode me perguntar. O que tudo isso tem haver com as áreas dos “confins” do cerrado brasileiro, no tão “distante” Sudoeste Goiano que vai produzir soja na década de 1970?

Harvey nos afirma que as políticas e as ações do neoliberalismo não ocorrem de maneira sincronizada no mundo e também não são exclusividade de governos de gestões democráticas e, o caso que ilustra neoliberalismo e regime ditatorial é o Chile no governo de Augusto Pinochet Ugarte (1973-1990).

O neoliberalismo, se manifesta nas particularidades do local, assim Massey (2000) demonstra que *compressão tempo-espaço*⁵ impôs um falsa ideia que os espaços são homogêneos ou mesmo, são ocupados e produzidos por comunidades homogêneas. Os espaços são constituídos por diferentes grupos que entram em conflitos não apenas econômicos, mas também culturais. Portanto, o lugar, é o resultado desse conjunto, não harmônico, de pessoas e os próprios elementos da natureza.

O lugar do cerrado, do Sudoeste Goiano em virtude das suas características físicas (relevo plano, fácil correção de acidez dos solos, índices pluviométricos entre outros) será o palco da imposição da modernização da agricultura por meio dos *pacotes tecnológicos*⁶ e das implantação das lavouras de arroz, soja e milho.

Apesar de não serem considerados como um todo de políticas públicas, e sim por partes (linhas de crédito para calagem dos solos, utilização de fertilizantes e etc.), os *pacotes tecnológicos* são classificados como intervenção do Estado na produção agrícola do país na

⁵ Vamos considerar esta expressão compressão espaço tempo como o processo de globalização

⁶ Aguiar (1986, p.42) [...] pode-se definir pacote tecnológico como conjunto de técnicas, práticas e procedimentos agrônômicos que se articulam entre si e que são empregados indivisivelmente numa lavoura ou criação, segundo padrões estabelecidos pela pesquisa.

década de 1970, proporcionando o aumento da produção agrícola de produtos exportáveis (entre eles soja e milho). Criam novos mercados consumidores de produtos industrializados de empresas multinacionais (máquinas, agrotóxicos e fertilizantes).

Nos anos de 1960/70 a modernização da agricultura foi um processo de territorialização do capital no espaço agrário brasileiro por meio: da inserção do trabalho assalariado, das inovações técnicas e tecnológicas, da expropriação dos recursos naturais, da circulação de mercadorias, pelos recursos financeiros dos empréstimos públicos ao setor agropecuário fomentando as desigualdades regionais entre as unidades da federação e dos países e o acúmulo de capital e de terras (Saquet, 2006).

Todas essas inovações tecnológicas só foram possíveis via as interferências do Estado e suas políticas públicas na construção de um novo espaço agrário que teria que atender aos anseios políticos para garantir o apoio ao governo ditatorial como o controle dos índices inflacionários com a redução dos preços dos alimentos.

Essa modernização da agricultura é conhecida como a modernização conservadora. Foi moderna nas ferramentas, máquinas e nos insumos agrícolas mas, conservou a concentração da propriedade das terras e impediu a expansão dos movimentos sociais no campo brasileiro.

Essas políticas de modernização eram políticas de Estado e estavam definidas no I e II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento).

Para Hess (1987, p. 200), as políticas públicas eram produzidas pelos governos militares para atender os interesses das grandes empresas agropecuárias e serviam para incentivar as ocupações de grandes extensões de terras em áreas de expansão da fronteira agrícola por meio de incentivos fiscais, créditos agrícolas facilitados, exportações subsidiadas e política de preços mínimos.

No caso do Sudoeste Goiano a modernização da agricultura foi devido a políticas públicas como POLOCENTRO que previa a construção de infra estrutura como a construção das vias de circulação para o escoamento da produção agrícola local, eletrificação rural, construção de silos e armazéns. Outra linha importante para fomentar a modernização foram as condições financeiras de estocagem da produção agrícola por intermédio do AGF (Aquisição do Governo Federal) e EGF (Empréstimos do Governo Federal) proporcionado a proteção dos preços dos grãos produzidos na região em relação aos da região sul do país. Ainda, o SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) viabilizava as compras de máquinas e dos demais insumos para o plantio do arroz, soja e milho.

O interessante no caso brasileiro é que os recursos financeiros utilizados na década de 1970 pelos agricultores e as empresas eram obtidos com juros subsidiados, porém a origem do dinheiro estava nos empréstimos realizados pelo governo brasileiro junto aos bancos internacionais, principalmente os norte-americanos.

Talvez não fosse um ideal neoliberal, mas essa modernização da agricultura permitiu que o espaço rural do Sudoeste Goiano fosse dominado pelos princípios de tal política como o aumento da concentração de capital a qual deu a impressão que tal modernização era para todos e que garantiria a liberdade de todos terem acessos as benesses do sistema capitalista.

A década de 1980 é marcada pela denominada Industrialização da Agricultura. Para Kageyama et al. (1990) a industrialização da agricultura é quando o campo torna-se um ramo da indústria, sua produção não é apenas uma matéria prima, mas um produto intermediário para outras indústrias. Agora, o campo tem que produzir conforme a necessidade das plantas industriais, seguindo padrões, qualidade e quantidade exigidos por seus compradores.

É clara a característica da produção flexível, do *toyotismo* a ideia do *just in time*, do produzir na quantidade, na qualidade e no tempo exato.

Desta forma o processo de modernização da agricultura é irrevogável, pois a industrialização da agricultura obriga os produtores a manterem a produção e a produtividade compatíveis

com a tecnologia injetada nas plantas industriais e com as necessidades dos mercados consumidores.

O circuito da soja, como denomina Arroyo (2003), implicou nas alterações da divisão do trabalho ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990. Nítida é a transformação no Sudoeste Goiano (o município de Rio Verde que em 1983 terá a primeira unidade esmagadora de soja do Centro Oeste) de produtor de matérias-primas para produtos alimentícios industrializados que são exportados para o mercado internacional.

O Estado foi um dos responsáveis pela constituição do CAI (Complexos agroindustriais), viabilizando a industrialização pesada do país através de investimentos públicos no setor da indústria de base nacional (siderurgia, infra estrutura) e promovendo posteriormente a produção de fertilizantes e defensivos para atender à agricultura nacional.

Essa especialização do Sudoeste Goiano na produção de soja e milho, viável devido as políticas públicas da década de 1970. Proporcionou ao capital privado explorar cada vez mais as potencialidades agrícolas da região e a partir do final da década de 1990 a tal industrialização da agricultura começa tomar a forma do agronegócio.

Os altos índices de tecnificação do campo, as grandes extensões das terras propriedades rurais, o grande poder econômico dos proprietários e políticas públicas tornaram possível a instalação de grandes unidades produtoras de aves e suínos que adotam o sistema de produção integrado.

Tal sistema exige a parceria e grandes vultos de investimentos públicos em rede de circulação, rede elétrica urbana e rural, rede de telecomunicações. Também exige do Estado a criação de linhas de financiamento, no caso vamos explicar o FCO (Fundo Constitucional do Centro Oeste) e FOMENTAR (Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás)

Para Girardi e Fernandes (2004) para caracterizar o agronegócio são necessários nove preceitos, são eles: concentração de terras, uso intenso de tecnologia, elevados impactos ambientais, uso de elevado de água para cultivo irrigado, produção de plantas e animais modificados geneticamente, concentração de capitais, financiamentos facilitado devido a propriedade da terra ser garantia dos mesmo, predomínio de trabalho assalariado, uso e dependência de insumos estrangeiros e a produção destinada na sua maior parte para o mercado externo.

De acordo com estas definições o agronegócio manifesta-se no espaço de Sudoeste Goiano, por meio dos serviços de pesquisa e assistência técnica nas atividades agropecuárias realizadas pela COMIGO (Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano), UNIRV (Universidade de Rio Verde), UFG (Universidade Federal de Goiás), IFGoiano (Instituto Federal Goiano). O processamento dos produtos agropecuários, com ênfase para a soja, milho, sorgo, aves e suínos, ocorrem nas plantas industriais da COMIGO, BRF (Brasil Foods), Kowalski Alimentos (óleo e farelo de soja), Cargill (óleo e farelo de soja), Cereal (rações animais, óleo e farelo de soja) e Aducos Moema. Os recursos financeiros são gerenciados pelo Banco do Brasil que administra as linhas de crédito para o setor industrial, agropecuário e agroindustrial. Na mesma instituição financeira os produtores rurais podem comercializar sua produção diretamente na BM&F (Bolsa de Mercadorias e Futuro) de São Paulo e Bolsa de Valores de Chicago. A produção agropecuária e agroindustrial é transportada por empresas que deslocam as mercadorias a serem exportadas para os portos de Santos (São Paulo) e Paranaguá (Paraná) e para o mercado consumidor interno.

Para ilustrar nosso entendimento sobre a construção do agronegócio no Sudoeste Goiano, utilizamos a figura 2 – Fases da Construção do Agronegócio.

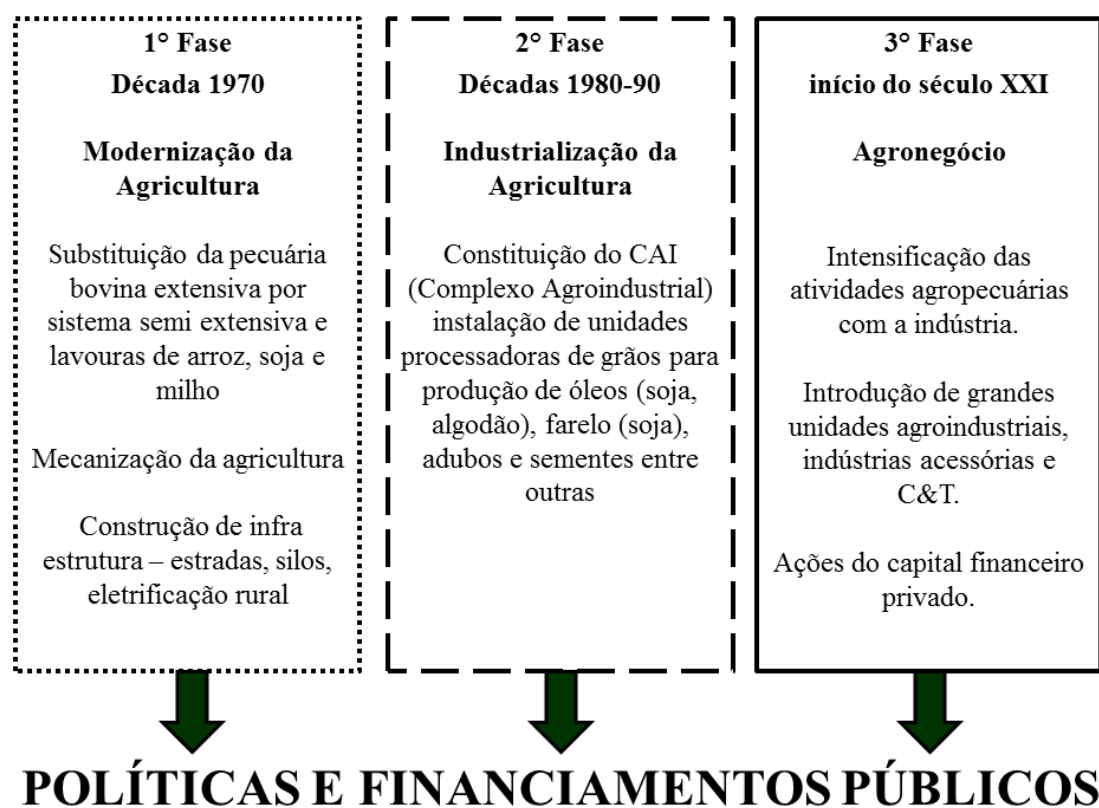


Figura 2: Fases da construção do agronegócio na Região do Sudoeste Goiano
 Autor: Roberto Eduardo Castillo Pizarro

Portanto, as transformações do cerrado no Sudoeste Goiano foram realizadas pelo Estado Nacional que apresentou várias características de governos de militares ditatoriais até o “desenvolvimentismo social” ou “pós-liberal” ou “liberal periférico” (STEINBERG, 2013).

Desta maneira, Taylor e Flint (2002) indicam que o governo é o agente do Estado e assim, realiza as atividades estatais cotidianas. Seus mecanismos são de “curto prazo” para a administrar os objetivos de “longo prazo”.

Afirmamos então que a modernização da agricultura foi planejada para atender não apenas os interesses das elites ou capitais da década de 1970, mas sim, para criar um ambiente propício para a constante produção e reprodução do capital e do poder.

Benko (1996) afirma que a nova forma de acumulação modifica o modo de produção capitalista e o consumo, as transações e os mecanismos institucionais das relações comerciais e também reestruturam o espaço e a sociedade como nova divisão social e espacial do trabalho, criação de novos espaços de produção e de consumo.

Isso é claro no Sudoeste Goiano, se até a década de 1970 a região era produtora de gado bovino no sistema extensivo, a modernização da agricultura promovem um rompimento da produção “rudimentar” e inclui no espaço novas formas modernas de produção. Essa “modernidade” da produção de grãos leva a industrialização da agricultura e ao ápice da consolidação do agronegócio.

Todo esse processo só foi possível devido ao Estado e suas políticas.

Então pensar que o Estado é um elemento a ser descartado pela atual fase neoliberal do capitalismo é um equívoco.

Taylor e Flint, Harvey e Massey deixam claro em suas obras que o Estado é o elemento que garante a ordem social e econômica do sistema capitalista. São os padrões impostos pelo Estado que permitem que os capitais, pessoas, mercadorias e informações transitem pelos

espaços dos Estados. E, todavia, é o Estado que salva as instituições capitalistas (bancos, indústrias e grandes corporações) dos “erros” de transações financeiras que poderiam levar tais instituições a banca rota. Isso ficou evidente com crise imobiliária nos EUA em 2008 – crise da bolha imobiliária, quando o Governo teve a obrigação de realizar empréstimos as instituições financeiras para não levar a um colapso econômico norte-americano e mundial.

No Brasil, a presença do Estado é clara na produção do espaço. As políticas públicas promovem as articulações de determinadas partes do território nacional por meio da construção de infra estrutura que serão utilizadas pelas grandes corporações e as elites que acumulam a cada ano mais riqueza. E também com existência de linhas de financiamentos para fomentar as implantações de unidades industriais com juros e tempos carências atrativos e privilegiados.

A seguir vamos descrever como alguns financiamentos públicos permitem que as atividades do agronegócio se concretizem e se consolidem na Região do Sudoeste Goiano.

4. Linhas para o financiamento do agronegócio – FCO e FOMENTAR

A consolidação do agronegócio é viável devido as fontes federais de financiamento como o FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste) e do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), dos estaduais tais como FOMENTAR (Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás) e das isenções fiscais de prefeituras municipais.

O FCO, criado em 1989, objetiva desenvolver econômica e socialmente a região com a programas de financiamento dos setores produtivos que estejam alinhados com o Plano Regional de Desenvolvimento.

Segundo dados do Sistema de Informações Gerenciais do Ministério da Integração (2012), o fundo foi de 2003 até 2011 o emprestou R\$9.140.570.000, destinados conforme a Quadro 1.

FCO – Investimento de 2003-2011 (%)						
Tipo de empreendedores	Total	Setor				
		Industrial	Infraestrutura	Turismo, Serviços e Comércio	Rural	
Individuais e mini, micro e pequenos de setores	40,1	6,3	0,1	9,1	24,6	
Médios e grandes tomadores de empréstimos	59,9	14,6	13,6	5,5	26,2	

Quadro 1 – FCO – Investimentos de 2003-2013

Organização: Roberto Eduardo Castillo Pizarro

O FOMENTAR, política pública do estado de Goiás, se propõem a desenvolver a instalação, expansão ou revitalização de indústrias por meio de novos investimentos, renovação tecnológica para aumentar a capacidade de competição do estado e, também, gerar novos empregos, renda e reduzir as desigualdades sociais e regionais tão marcantes no território goiano.

No estudo realizado por Romanatto el ali (2012) a Região Sudoeste Goiano foi a que mais captou e utilizou recursos, no período de 2001 até 2012 totalizaram 24% de todo os recursos

da linha de financiamento. Porém, do total de projetos contratados, apenas 15% dos projetos são da região.

Dos 14,6 milhões de reais dos recursos do FOMENTAR para o Sudoeste Goiano, foram 20,56% em dinheiro e os demais 79,44% são realizados em renúncia fiscal.

A região teve um expressivo crescimento do rebanho de suínos e aves (tabela 2) em virtude da implantação das unidades agroindustriais da BRF (Grupo que engloba as marcas Perdigão, Sadia, Batavo, Elegê) nas cidades de Rio Verde (1999), Jataí (2005) e Mineiros (2007).

A arrecadação de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) no período de 2000 a 2012 foi incrementada em 25%. Em 2000 a arrecadação atingiu os R\$127.660.000, que reajustado pelo IGP-M (Índice Geral de Preços-Mercado) – índice para atualizar as dívidas dos estados – representaria atualmente R\$366.894.000,00 e a arrecadação de ICMS de 2012 foi de R\$460.681.000,00.

Região Sudoeste Produção Agropecuária 2006-2011				
Tipo	2006	2011	Crescimento no período	
			Sudoeste Goiano	Brasil
Grãos	4.613.302 t	7.177.782	55,6%	28,1%
Suínos	578.196 cab	1.037.643 cab	79,46	2,2%
Aves	15.247.237 cab	22.123.892 cab	45,10%	2,0%
Bovino	3.438.017 cab	3.233.050 cab	- 6,25%	1,7%
Leite	399.326 litros	513.094 litros	28,51%.	27,1%

Tabela 1 - Região Sudoeste Produção Agropecuária 2006-2011

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE e Produção Agropecuária Municipal

Organização: Roberto Eduardo Castillo Pizarro

As exportações tiveram entre 2003 a 2012 um verdadeiro *boom*, o crescimento foi de 17,6 vezes, passaram de US\$62.710.082,00 para, US\$1.102.983.932,00.

Estes elevados números de produção de produtos agropecuários e industrializados, contrastam com os indicadores sociais de qualidade vida.

5. População e alguns índices sociais

A população da Região Sudoeste de Goiás sofreu impactos do crescimento dos índices econômicos. Em 2000 a população de 433.168 habitantes passa para 553.900 em 2010, isso representou um acréscimo de 27,9% de pessoas na região.

Por outro lado o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal) caiu de 0,758 em 2000 para 0,707 no ano de 2012.

Alguns números chamam a atenção na região, em 2005 existiam 46 hospitais e 1.546 leitos e em 2010 os hospitais foram reduzidos para 44 (-4,5%) e o número de leitos aumentou apenas para 1.598, crescimento de inexpressivos 3,3%, considerando que a população aumentou no mesmo período 27,9%.

A água tratada em 2005 atendia 91,43% da população da região e em 2012 abrange 96,08%. Por outro lado, apenas 51,99% da população é atendida pelo sistema de coleta de esgoto em 2012.

Em 2006 as escolas totalizavam 407 unidades e 2012 esse número foi para 416, o que representa um crescimento de somente 2,2%. Os alunos matriculados no período caiu, passou de 139.212 para 133.373, uma redução 4,19%. O IDH-M da educação caiu de 0,829 em 2000 para 0,592 em 2010.

Nota o descompasso entre o crescimento econômico e desenvolvimento econômico. Ou seja, os grandes capitais do agronegócio são privilegiados com somas significativas de financiamentos e incentivos fiscais e por outro lado os serviços públicos têm seus índices reduzidos.

6. Rio Verde: Índices sociais da maior cidade do Sudoeste Goiano

Para atender a comunidade do município o Estado (por meio do governo municipal, estadual e federal) deve prestar serviços e construir bens públicos de qualidade, eficientes e eficazes no que tange os segmentos da segurança pública, saúde, educação, transporte público, cultura, esporte e lazer.

As desigualdades sociais e a má distribuição de renda no município ficam evidentes quando observamos os dados no PNAD (Programa Nacional de Amostragem Domiciliar) 2010 que apresenta os seguintes índices:

PNAD 2010 - Rio Verde: Indicadores Socioeconômicos de concentração de renda		
	Renda per Capita	Renda per capita Diária
Rio Verde	R\$26.133,55	R\$71,60
Renda per Capita Média	R\$9.144,00	R\$25,05
25% da população	R\$ 3.336,00	R\$ 9,13

Quadro 2: PNAD 2010 - Rio Verde: Indicadores Socioeconômicos de concentração de renda

Fonte:http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf

Organização: Roberto Eduardo Castillo Pizarro

A renda per capita anual de 25% da população é de até R\$3.336,00 contra uma média per capita de R\$26.133,55. Assim, 25% da população sobrevive com apenas R\$9,13 diários para atender todas as suas necessidades de alimentação, moradia, educação, saúde, transporte, lazer etc.

As diferenças salariais também são evidentes no que tange a questão de gênero, vejamos no quadro a seguir:

PNAD 2010 - Rio Verde: Salário Médio Homens e Mulheres		
	Homens	Mulheres
Valor Mensal	R1.580,00 (3sm)	R\$981,00 (1,9sm)
50% ganha até	R\$ 900,00 (1,7sm)	R\$600,00 (1,2sm)

Quadro 3 PNAD 2010 - Rio Verde: Salário Médio Homens e Mulheres

Fonte:http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf

Salário mínimo (SM) no período no valor de R\$510,00

Organização: Roberto Eduardo Castillo Pizarro

A partir dos dados acima é conclusivo que, infelizmente, as mulheres ganham em média 35% a menos em relação aos salários dos homens e, ainda, para acentuar as desigualdades sociais e de gênero, 50% das mulheres têm rendimentos inferiores a R\$600,00 (1,2sm).

A questão da cor ou raça também é um preocupante em Rio Verde, é nítida a desigualdade de salários entre os brancos, negros, pardos, indígenas e amarelos.

PNDA 2010 - Comparativo de salários recebido entre trabalhadores de cor ou raça Brancos, Negros, Indígenas, Pardos e Amarelos			
Cor ou Raça	Rendimento Médio recebido*		Diferença salarial considerando o salário médio recebido branco
Branco	R\$1.670,00 (3,3sm)		-
Negro	R\$ 852,00 (1,7sm)		-49%
Indígenas	R\$ 988,00 (1,9sm)		-41%
Pardos	R\$1.023,00 (2sm)		-39%
Amarelos	R\$1.274,00 (2,5sm)		-24%

Quadro 4: PNDA 2010 - Comparativo de salários recebido entre trabalhadores de cor ou raça Brancos, Negros, Indígenas, Pardos e Amarelos

Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf

Salário mínimo (SM) no período no valor de R\$510,00

Organização: Roberto Eduardo Castillo Pizarro

Os trabalhadores negros possuem rendimentos 49% inferior se comparados aos trabalhadores brancos. As diferenças também são gritantes quando observamos que os trabalhadores indígenas recebem 41%, pardos 39% e os amarelos 24% a menos que os trabalhadores brancos respectivamente.

Rio Verde, segundo IHA⁷ (índice de Homicídios na Adolescência), o risco de homicídios de adolescentes é de aproximadamente 40 vezes maior que no restante do Brasil. Clara é a falta de políticas de inclusão social e racial dos negros nas atividades sociais, econômicas e culturais do município.

O discurso da elite, dos administradores públicos e privados rio-verdense em afirmar que o município tem “o maior PIB agropecuário do Brasil” é totalmente inútil quando sabemos que pessoas vivem na linha da indigência e da miséria.

PNDA 2010 – Rendimento Per Capita Domiciliar Nominal				
Rendimento	Total da População	Pessoas	R\$ por dia	US\$
R\$81,88*	0,8%	1.412	2,73	1,33
Até ¼ sm	5,1%	8.822	R\$ 5,18	2,52
Até ½ sm	22,7%	40.050	R\$10,36	5,05

Quadro 5: PNDA 2010 – Rendimento Per Capita Domiciliar Nominal

Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf

*Valor atualizado para agosto 2012

Organização: Roberto Eduardo Castillo Pizarro

Para o Banco Mundial, os dados acima afirmam que existem 1.412 pessoas vivendo abaixo da linha de indigência e 8.882 rio-verdenses estão muito próximos da linha da miséria. Ou seja, quase 6% da população rio-verdense encontram-se em situação de risco, num panorama econômico totalmente antagônico em relação a título de uma das cidades mais ricas de Goiás e do Brasil.

⁷ Índice de homicídios na adolescência: IHA 2009-2010 / organizadores: Doriam Luis Borges de Melo, Ignácio Cano. – Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2012. Disponível em <http://www.unicef.org/brazil/pt/br_indiceha10.pdf>

Os rendimentos das mulheres é 38,9% menor que dos homens e, todavia, temos 50% das trabalhadoras ganhando até 1,2 salários mínimos. Tal índice prova que a política para valorização das mulheres é urgente e imediata.

A preocupação com a melhoria da qualidade de vida é estendida para todos os cidadãos rio-verdenses, porém, a situação econômica das mulheres merece destaque.

PNAD 2010: Unidades domésticas, por sexo das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes		
	Total	% a Rio Verde
Rio Verde	55.487	100%
Único Responsável	35.567	64,1
Apenas o homem	22.727	41%
Mulher	20.128	36,3%
Apenas a Mulher	12.983	23,4%

Quadro 6: PNAD 2010: Unidades domésticas, por sexo das pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes

Fonte: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf

Organização: Roberto Eduardo Castillo Pizarro

Em Rio Verde 36,3% dos domicílios, a mulher é uma das responsáveis pelo sustento da família, e o mais impressionante, 23,4% dos domicílios rio-verdenses é mantido exclusivamente por mulheres.

A mulher, além de ter pior remuneração, se comparada ao homem, tem em sua responsabilidade a função de provedora de todos os elementos básicos para o crescimento e desenvolvimento das pessoas que dela dependem diretamente em 13mil domicílios.

Tais índices evidenciam que o município tem mazelas econômicas, de gênero e raça/cor que deveriam ser sanadas pelo Estado para garantir melhor redistribuição de renda e melhoria de qualidade de vida dos cidadãos e cidadãs rio-verdenses.

Rio Verde tem 41% das suas residências urbanas sem sistema saneamento básico adequado e pior, 77% das residências da zona rural o sistema de saneamento é inadequado. Isso demonstra a necessidade de ações públicas da prefeitura municipal em priorizar a real melhoria saúde pública da população.

Estes números sobre o município servem para destacar que as políticas públicas do agronegócio não atingem a melhoria da qualidade de vida das pessoas comuns, dos trabalhadores. Os recursos públicos tendem a aumentar cada vez mais as desigualdades sociais, expropriar o direito dos cidadãos o que é uma prática legitimamente neoliberal.

7. Algumas considerações antes de finalizar

A modernização da agricultura das décadas de 1960/70 foi a base para a construção do agronegócio no Brasil e na Região Sudoeste Goiano. Tal processo só foi e é possível devido as políticas públicas em formas de financiamento e isenções fiscais. Estas viabilizam desde a introdução das lavouras comerciais de grãos (soja e milho), a industrialização da agricultura e a concretização da cadeia do agronegócio.

A modernização da agricultura permitiu o fortalecimento das grande propriedades rurais e o agronegócio fomentou o aumento das unidades agroindustriais na região principalmente da cadeia produtiva integrada de aves, suíno e do setor sucroenergético.

Apesar dos elevados índices de financiamentos, PIB e exportações do Sudoeste Goiano, alguns índices sociais, como IDH-M, número de leitos hospitalares, escolas e alunos matriculados caíram no período de 2000 a 2010.

A redução populacional de alguns municípios nos evidencia que esse processo da articulação do agronegócio não ocorre homogeneamente na região, portanto, aponta para o desenvolvimento desigual.

O Sudoeste Goiano é a evidência que as práticas neoliberais são essenciais para o benefício das atividades produtivas capitalistas. Os índices de desenvolvimento humano caem, enquanto os índices de produção e produtividade do agronegócio aumentam.

Vivemos na ilusão que o Agronegócio é a “salvação” da economia nacional, que é ecologicamente correta e que trás desenvolvimento econômico.

5. Bibliografia

ARROYO, Mônica. Território brasileiro e mercado externo: uma leitura dessa relação na virada do século XX. In. SOUZA, Maria Adélia Aparecida de (organizadora). Al. **Território brasileiro: usos e abuso**. Campinas: Edições Territorial, 2003. (p.428-57)

BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo, Hucitec, 1996.

GIRARDI, Eduardo Paulon ; FERNANDES, Bernardo Mançano (2004). Territorialização da produção de soja no Brasil: 1990-2002. In: **Anais 17º Encontro Nacional de Geografia Agrária**, Gramado. XVII ENGA tradição X tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro. Gramado-RS : UFRGS, 2004. v. 1.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

KAGEYAMA, Angela (coordenadora). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In. DELGADO, Guilherme Costa; GASQUES, José Garcia; VERDE, Carlos Monteiro Villa(organizadores). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA1990. P113-223.

Ministério da Integração Nacional (2012). **FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO CENTRO-OESTE (FCO): relatório de gestão 2011**.Brasília

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In. ARANTES, Antonio A (organizador). **O espaço da diferença**. Campinas: Papius, 2000. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/docentes/geo/necio_turra/GEOGRAFIA%20SOCIAL%20E%20POL%20CDTICA/DOREEN%20MASSEY%20-%20SENTIDO%20GLOBAL%20DO%20LUGAR.pdf> Acessado 14.set.2013.

ROMANATTO, Eduiges *et alli*. O Programa FOMENTAR/PRODUZIR - Informações e Análises para o Estado de Goiás e suas Microrregiões. In. **Conjuntura Econômica Goiana**, n. 22 (2004-). Goiânia: Secretaria de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás. 2012. p12-

24 Disponível em <<http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj22/artigo02.pdf>>
Acessado em 01.set.2013.

SAQUET, Marco Aurélio (2006) CAMPO-TERRITÓRIO: considerações teórico-método. In **CAMPO-TERRITÓRIO**: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 60-81, fev. 2006. (p. 60-81) Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11780/6894>>. Acessado 10 mai. 2010.

SEPLAN (2006, 2010 e 2012) Regiões de Planejamento do Estado de Goiás. Goiânia.

STEINBERGER, Marília . A inseparabilidade entre Estado, políticas públicas e território. In. STEINBERGER, Marília (organizadora). **Território, Estado e políticas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013.

TAYLOR, Peter J; FLINT, Colin. **Geografía Política**: economía-mundo, estado-nación y localidad. Madrid, 2002